APRESENTAÇÃO EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA DA SJRJ: 1964-2014 - 50 ANOS DO GOLPE MILITAR

LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO DEPOIS DO QUARTO MINGUANTE

O golpe civil-militar de 1964 não foi um episódio típico na sociedade brasileira, nem um evento isolado historicamente. Não foi um evento isolado porque seguia, de fato, o impulso da crise política da década anterior que culminara com o suicídio de Vargas, em 1954, passaria pela renúncia de Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade, em 1961, pelo interstício parlamentarista de 1961-1962, pelo plebiscito que deu esmagadora vitória ao presidencialismo em princípios de 1963, pelas tensões em torno das reformas de base e a agitação nos quartéis, em 1964. Além disso, prolongou-se em muito no tempo e por variadas fases.

Há muito se movimentavam os golpistas, portanto, na tentativa de neutralizar o que entendiam ser uma “ameaça comunista” a partir do governo de João Goulart. Conta-se que o golpe deveria ocorrer entre 2 e 10 de abril, mas foi antecipado em alguns dias porque, segundo o General Carlos Luiz Guedes, da 4.^a Divisão de Infantaria, o movimento não poderia ocorrer naquelas datas “porque é quarto minguante: tudo que começa em quarto minguante não dá certo. Ou será antes do dia 2 ou será depois do dia 8”.¹ Finalmente, na madrugada entre os dias 31 de março e 1.^o de abril de 1964, tropas comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho deslocaram-se de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro, sede do I Exército, em tese fiel aos legalistas. Apoiadas por agentes da CIA e embarcações militares norte-americanas que ficaram de prontidão ao largo da costa do Espírito Santo e que poderiam dar-lhes apoio logístico,² aquelas tropas inibiram a reação das presumidamente fiéis tropas do I Exército e tomaram as principais ruas da antiga Capital Federal. A vacância do cargo presidencial foi anunciada formalmente em 2 de abril, mesmo com o Presidente ainda em território nacional.

Este episódio inaugural foi a senha para o início das perseguições a adversários políticos e opositores do regime. Deposto e banido o Presidente, milhares de pessoas foram ilegalmente presas, com várias denúncias de tortura - como o caso notório do líder comunista Gregório Bezerra, arrastado pelas ruas do Recife. Os principais alvos eram os setores mais mobilizados à esquerda: CGT, UNE, Ligas Camponesas e grupos católicos de esquerda.

Pelo critério dos golpistas, entretanto, estas iniciativas não surtiram o efeito desejado. Era necessário, sob sua ótica, o endurecimento do regime. No dia 13 de dezembro de 1968, foi anunciado o Ato Institucional n.º 5,³ peça-chave para dar formatação jurídica àquilo que se convencionou chamar “o golpe dentro do golpe”. A partir de então, ampliaram-se as prisões e as violações aos direitos humanos de forma intensa e sistemática, afrontando até mesmo os pretensos limites que a ditadura se autoimpusera no afã de conferir-se um verniz de aparência jurídico-formal. Sequestros de opositores, reais ou imaginários, à ditadura, tortura e desaparecimento de seus corpos passaram a ser práticas constantes e reiteradas, regras gerais na guerra suja contra a suposta *subversão terrorista*.

O golpe de 1964 tampouco foi um episódio típico, porque implicou uma severa ruptura com a forma de atuação das forças militares na política brasileira. Ainda que as forças armadas tenham historicamente no Brasil desempenhado um papel de tutela sobre o poder civil e de constante intervenção no cenário político, em regra estas intervenções eram tópicas ou mais restritas no tempo, o que chegou a gerar a crença, superada depois do AI-5, de que a ditadura não perduraria por longo período. O golpe, entretanto, visava superar a crise em que se situavam as burguesias nacionais no complexo feixe de condições históricas do esgotamento de um modo específico de acumulação de capital, de agudizamento da Guerra Fria e de consolidação de uma ordem econômica imperialista coordenada pelo grande capital financeiro. Em um dos maiores clássicos da sociologia nacional a respeito do tema, Florestan Fernandes pontua que, com a superação desta crise, consolidada precisamente através do Golpe, as burguesias brasileiras finalmente surgiam como “burguesias maduras”, que viriam a constituir um Estado que era a um só tempo *democracia restrita* e *Estado oligárquico e autocrático*: o que é opressão e oligarquia para a maioria submetida é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante.⁴

Aos poucos, nosso país vai passando pela sempre difícil e dolorosa tarefa de rever seu passado e redescobrir sua verdade histórica. Muito mais tardiamente que nossos vizinhos argentinos, chilenos ou uruguaios, fomos aos poucos rompendo com as barreiras das tradicionais *transições a partir de cima* com que nossa história nos brindou desde a independência proclamada pelo filho do rei europeu. A instalação da Comissão Nacional da Verdade, os constantes questionamentos ao alcance da Lei de Anistia promulgada pelos militares no bojo de sua transição *lenta, gradual e segura*, o aumento de publicações e filmes sobre este período sinistro de nosso passado são exemplos instigantes desse olhar nos olhos da tragédia para dominá-la, parafraseando Oduvaldo Vianna Filho.

Toda memória se faz de lembrança e de esquecimento. Quando pensamos e cremos saber quem somos, o que fizemos, o que vivemos, é nesse amálgama de recordações, sonhos e ocultamentos que buscamos as nossas verdades ou verossimilhanças pessoais, parte substancial dos elementos que nos definem como somos, ou como acreditamos que somos. Como a *madeleine* de Proust lhe evoca subitamente as lembranças de um passado distante, os inúmeros mecanismos da vida moderna produzem constantemente lembrança e esquecimento, produzindo memória.

No âmbito pessoal, a recordação é a chave, no processo psicanalítico, para romper com a repetição das memórias recalçadas e para elaborar conscientemente as dores e traumas do passado. Quando as lembranças dolorosas e traumáticas de experiências negativas são recalçadas, em face da dificuldade do paciente em lidar com elas, elas tendem a retornar inconscientemente como repetição da lembrança que se quer evitar, gerando um sintoma. Esta “compulsão à repetição” é uma forma de recordar o que está oculto dizendo-o de outra forma, contornando as resistências à memória que produzem a não-recordação, o não-saber. Com isso, os efeitos são ainda muito maiores do que aquilo que não se quer ou pode recordar - é o esquecimento que gera a

repetição, pois só pode ser lembrado o que pode ser esquecido. O desafio do analista, aí, será o de levar seu paciente a reprimir sua compulsão à repetição, transformando-a num motivo para recordar.⁵

No âmbito social, histórico e político, a recordação, a preservação da memória, é ao mesmo tempo a condição essencial para superar o trauma histórico do passado e para, como diz Garapon, *sair do poder infinito do ditador*.⁶ A justiça transicional envolve sempre esta dupla face de resgate da memória e de resgate da justiça. Há muitos que preferem o esquecimento, ou porque acreditam que revolver estas feridas não seja senão revanchismo, ou porque creem que todos deveríamos fitar apenas o futuro, olhar para a frente, deixar para trás aquilo de trágico que já passou. No entanto, o plexo de injustiças e violências de nosso presente, de corrupções e ineficiências, de ocultamentos e segredos, de assassinatos e torturas, de Amarildos e de Cláudias Ferreiras de todos os dias, não poderia ser sintoma mais grave e evidente de onde nos tem levado o silenciamento da memória. Se queremos fazer cessar o ciclo aparentemente infinito de repetições e renovações de violências e violações aos direitos humanos em plena democracia, precisamos resgatar o passado, elaborá-lo, superá-lo e arrancar liberdades ao futuro.

O que o presente número especial da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro procura fazer aqui, na rememoração dos 50 anos daquele Golpe contra a Constituição, é o resgate de uma parte específica dessa memória: como os juizes e juízas federais do Rio de Janeiro enfrentaram os variados temas relacionados com aquelas passagens históricas nos casos em que foram chamados a decidir. Ele se compõe de três diferentes partes - uma de artigos, outra com decisões mais recentes oferecidas por seus próprios prolores e outra com decisões históricas retiradas do acervo do Arquivo Geral da 2.^a Região.

No primeiro artigo, o juiz federal Eduardo Sousa Dantas aborda a Lei de Anistia de 1979 e o esforço de reconstrução da memória nacional sobre o período, buscando situar o contexto histórico de promulgação daquela Lei e os principais argumentos contrários à sua aplicação como autoanistia, e enfatizando a necessidade de se realizar a reconstrução da memória de forma ampla, com a participação de todos os envolvidos naqueles eventos.

O desembargador federal Reis Friede busca, no segundo artigo, apresentar um panorama sobre o conhecido Caso Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981, quando duas bombas explodiram no local, matando um e ferindo gravemente o outro dos militares que deveriam plantar e detonar o artefato durante um show de celebração do 1.^o de maio, tendo em conta as recentes decisões de Vara Federal e do Tribunal Regional Federal, nesta 2.^a Região.

Na segunda parte, sete decisões judiciais mais ou menos recentes, todas de primeira instância, tratam de temas deduzidos em juízo e relacionados com o período de exceção inaugurado em 1964. Na primeira delas, datada de junho de 2013, o juiz federal Alexandre Libonati de Abreu rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contra quatro pessoas pela prática de sequestro do líder político Mário Alves de Souza Vieira em janeiro de 1970.

A decisão que recebeu a denúncia contra militares pelo planejamento e tentativa de atentado durante o mesmo evento público realizado em 1981 no Riocentro tratado no segundo artigo acima mencionado foi proferida pela juíza federal Ana Paula Vieira de Carvalho em maio deste ano.

É do juiz federal Anderson Santos da Silva a decisão, de fins de abril deste ano, relativa à busca e apreensão de documentos, informações e objetos na residência do coronel reformado Paulo Manhães, ex-agente do Centro de Informações do Exército e ex-torturador confesso durante o Regime Militar, que havia sido assassinado na véspera daquela decisão.

Em maio deste ano, o juiz federal Caio Márcio Guterres Taranto recebeu a denúncia contra os acusados, dentre outros crimes, de sequestro, tortura, homicídio e ocultação do cadáver do deputado Rubens Paiva, ocorridos em janeiro de 1971, cuja decisão é publicada nesta edição.

A quinta decisão, datada de maio de 1997 e proferida pelo juiz federal José Carlos Garcia, cuida dos pedidos de responsabilização civil do Estado e indenização por danos morais e materiais à família do ativista político Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, desaparecido em fevereiro de 1973.

Já o juiz federal Rogério Tobias de Carvalho julgou, em abril deste ano, ação na qual o autor alegava ter sido preso por engano e torturado por agentes da repressão em 1970, pedindo, em consequência, indenização por danos morais diante das sequelas físicas e psicológicas sofridas.

Em dezembro de 2008, o juiz federal Valter Shuenquener de Araújo julgou o pedido de indenização por danos morais em virtude da morte de um dos grevistas por tiro de fuzil, ocorrida na greve com ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em novembro de 1988.

Três decisões judiciais históricas compõem a parte final desta edição especial. Na primeira delas, o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Américo Luz, então juiz federal substituto do Estado da Guanabara, decidiu, em maio de 1971, sobre o destino de inquérito policial iniciado contra o ex-presidente Juscelino Kubitschek e outros por atos praticados em dezembro de 1956⁷ e que caracterizariam crime de corrupção passiva durante a construção da Ponte Brasil-Paraguai.

É de 1967 a decisão do então juiz federal, posteriormente ministro do Superior Tribunal de Justiça, Evandro Gueiros Leite, sobre pedido de ex-aluno da Escola Naval, excluído do referido estabelecimento em virtude de atuação e credo político, visando à reforma e percepção dos proventos e vantagens a partir da data de entrada em vigor do Decreto Legislativo n.º 18/61.

Finalmente, o desembargador federal aposentado Henry Bianor Chlau Barbosa, à época na primeira instância, julgou em 1986 ação em que se pedia que o autor fosse reformado na graduação de cabo, fazendo jus aos proventos, indenizações, gratificações e vantagens correspondentes, por ter sido expulso do Exército devido à sua participação na intentona de 1935, mas em cuja inicial a parte alegava ter sido punido com base no AI-5 e invocava a aplicabilidade da Lei de Anistia (Lei n.º 6.683/79).

Como se pode ver com facilidade, trata-se de um amplo espectro de decisões de variados matizes e texturas, de diversas orientações e conclusões, mas que compõem todas, cada uma a seu modo, o complexo mosaico da atuação da Justiça Federal do Rio de Janeiro nos temas relativos ao estado de exceção, à ditadura, à anistia. Dificilmente se poderia conceber forma mais adequada de recuperar a multiplicidade de fragmentos da memória e de projetar sua relevância para o presente e para o futuro que vislumbramos no horizonte.

Hoje, cravados na carne pelas experiências do passado, miramos aqueles acontecimentos como um filme antigo. Mas é antes preciso reatualizar e ressignificar permanentemente esse filme não só para fugir ao esquecimento, mas também para vermos com novas luzes presente e futuro. Na distância em que hoje nos encontramos, já não é possível saber se o receio do general Guedes quanto a não deflagrar o golpe na lua minguante tinha ou não pertinência. Em todo caso, por causa dele ou não, a deposição do Presidente acabou ocorrendo na lua cheia, quicá mais propícia para o plantio de uma planta tão venenosa. Rendeu uma ditadura de mais de 21 anos. Um período longo demais para ser esquecido. A Justiça Federal na 2.^a Região contribui aqui, modestamente e com aquilo de que melhor dispõe - seu trabalho cotidiano e a pluralidade de seus membros -, com parte deste profundo esforço institucional e social de memória.

Rio de Janeiro, outubro de 2014.

Comissão Organizadora da Edição Especial

Carlos Guilherme Lugones - Diretor do Foro - Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Fernanda Duarte - Editora Científica da Revista da SJRJ

Jane Reis Gonçalves Pereira

José Carlos Garcia

Rogério Tobias de Carvalho

Notas

¹ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/793/1964-e-a-batalha-de-itarare-8024.html>>. Acesso em: 9/10/2014.

² Trata-se da chamada *Operação Brother Sam*, como se soube muitos anos depois pela farta documentação oficial do Governo dos Estados Unidos, que ficou disponível ao público ainda em 1975. A respeito, veja-se, dentre inúmeros outros, <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140327_kennedy_goulart_pai_pu> e <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882009000100003&script=sci_arttext>, ambos com acesso em 10/10/2014.

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>, acesso em 10/10/2014.

⁴ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. Especialmente, p. 406.

⁵ ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *Entre limites e giros da memória*. Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero45/limites.html>>. Acesso em: 10/10/2014.

⁶ "Há no Brasil, como em outros lugares, uma certa dissociação entre a verdade e a justiça, uma certa dissociação entre a justiça como verdade e a justiça como punição ou reparação. Isso quer dizer 'saber o que se passou'. 'Saber o que se passou' é sair do poder infinito do ditador, que tem

a pretensão de exercê-lo inclusive sobre a realidade. É, finalmente, o próprio escarnecimento da ditadura, que pode tentar negar o que se passou, e assim esta comissão vai mostrar o que aconteceu. A primeira resistência que o mundo pode opor à ditadura é a resistência do fato, a obstinação pelo passado. Este passado aconteceu, nós podemos sabê-lo por testemunhos, através de procedimentos, e, assim, os fatos opõem a realidade, em sua consistência, ao desejo de poder total da ditadura” (Resposta de Antoine Garapon sobre a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em GARAPON, Antoine; GARCIA, José Carlos. Julgar em um mundo em turbulência: Entrevista com Antoine Garapon. *Revista da SJRJ*, v. 19, n. 34, p. 283-294, ago. 2012).

⁷ Ainda que o foco principal do presente número especial da Revista sejam os 50 anos do Golpe Militar de 1964, não há como negar que esta decisão amolda-se ao recorte histórico geral das grandes discussões em curso no país hoje. Lembre-se que a Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional e com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, isto é, *no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988*.